

Governadores desistem do plebiscito e deixam decisão para parlamentares

Gilberto Gonçalves - "O Estado"

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Florianópolis

Nove governadores do PMDB e mais o secretário da Fazenda de Goiás, representando o governador Henrique Santillo, decidiram ontem arquivar a proposta de um plebiscito sobre o sistema de governo, lançada pelo governador do Rio de Janeiro, Wellington Moreira Franco, e apoiada inicialmente por seus colegas Orestes Quércia (SP), Pedro Ivo Campos (SC) e Álvaro Dias (PR).

Os governadores acharam mais conveniente seguir a decisão tomada pela Convenção Nacional Extraordinária do PMDB, realizada em julho passado, no sentido de deixar que os constituintes do partido resolvam livremente que solução adotar tanto para o sistema de governo como para a duração do mandato do presidente José Sarney.

Ou seja: tal como ocorrera na Convenção, os governadores decidiram nada decidir. O argumento utilizado é o de que não seria próprio que os governadores atropelassem uma decisão da Convenção, organismo supremo de deliberação do partido, ainda mais que foram eles próprios os principais responsáveis pela tese de que a Convenção não deveria deliberar sobre mandato e sistema de governo.

A margem da argumentação formal, entretanto, pesaram na decisão de ontem dois fatores:

1 — As divergências múltiplas entre os governadores presentes: o do Espírito Santo (Max Mauro) defendia o parlamentarismo e o plebiscito imediato, "para ouvir a nação a respeito". Já o do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, também parlamentarista, era contra o plebiscito, defendido por Moreira Franco, presidencialista convicto.

2 — As pressões do governo federal, transmitidas telefonicamente pelo líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique da Silveira (SC). É sintomático, a esse respeito, que Luiz Henrique, em conversa com a Folha, anteontem, tivesse usado, para justificar os seus pedidos em favor do arquivamento da tese do plebiscito, os mesmos argumentos ontem esgrimidos pelos governadores (a inconveniência de se atropelar a decisão da Convenção peemedebista).

Mas, além desse argumento, foi usado também o fantasma Brizola: ontem, o governador do Distrito Federal, José Aparecido, disse a quem quisesse ouvir que o plebiscito sobre o sistema de governo "equiva-



Quércia, Simon, Moreira Franco, Aparecido e Newton Cardoso (sentados, a partir da esq.) na reunião em Florianópolis

leria a montar o palanque para Brizola", sabidamente o mais feroz adversário do parlamentarismo. José Aparecido chegou a lembrar que a proposta original para um plebiscito dessa natureza foi lançada exatamente pelo líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro (RJ).

Tanto Aparecido como Moreira Franco concordam em que o plebiscito acabaria servindo aos desejos do Palácio do Planalto, na medida em que supõem ambos que o resultado seria favorável ao presidencialismo, regime de governo preferido do presidente Sarney. Por isso, não explicaram os motivos pelos quais o presidente se opôs à idéia lançada pelo governador do Rio.

A Folha apurou, entretanto, que a oposição do Planalto tem origem no mesmo fantasma Brizola: como sistema de governo e mandato do presidente são questões intrinsecamente ligadas, seria difícil evitar que a discussão em torno do plebiscito sobre o sistema de governo se ampliasse para o debate em torno de uma consulta popular também sobre o mandato (e todas as pesquisas de opinião pública mostram que o eleitorado é majoritariamente favorável aos quatro anos para Sarney, e não aos cinco que o presidente deseja).

Talvez por isso, Moreira Franco saiu da reunião defendendo uma versão ligeiramente modificada de sua proposta original: para ele, só deve haver plebiscito se o Congresso

constituinte optar pelo parlamentarismo. A argumentação de Moreira: "O único tema já submetido a plebiscito no país foi o sistema de governo e há apenas vinte anos, o que não é nada em termos históricos. Por isso, se a Constituinte decidir mudar o sistema de governo, estamos eticamente obrigados a convocar nova consulta popular. Mas, se for mantido o presidencialismo, a consulta é dispensável por já ter sido feita antes".

O governador de São Paulo, Orestes Quércia, concorda com a posição de seu colega do Rio de Janeiro. Já o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, é veementemente contra o plebiscito, seja para o sistema de governo, seja para o conjunto da futura Constituição (tese que teve o apoio do presidente Sarney, esta semana, durante a visita a Piquete, SP): "É muito caro" (fazer um plebiscito), argumenta Cardoso. E acrescenta um argumento de peso para descartar uma consulta global: "E se o eleitorado recusar a nova Carta, o que fica valendo? A Constituição dos militares?"

Além dos governadores citados, participaram da reunião de ontem em Florianópolis o governador do Mato Grosso do Sul, Marcelo Miranda, e o secretário da Fazenda de Goiás, Nylson Teixeira. Foram quatro horas de deliberação, das 11h às 15h, no Hotel Castellar, região central da cidade.

Parlamentarismo alemão está podre, diz Cardoso

Para atacar o parlamentarismo, durante a reunião dos governadores em Florianópolis (SC), o governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, começou citando o exemplo da Itália, onde, segundo ele, "o gabinete Bettino Craxi caía toda semana". Já era uma informação equivocada, na medida em que o gabinete Craxi foi o mais estável da Itália no pós-guerra, mas a discussão enveredou a seguir pelo mais absoluto "nonsense", a partir da intervenção do governador Pedro Simon.

Simon: "O parlamentarismo que eu defendo é o alemão".

Newton: "O parlamentarismo alemão está podre. Quem me informou isso ontem à noite foi o general Bayma Denys (chefe do Gabinete Militar da Presidência da República), que jantou comigo para resolver um problema do Costa Couto (chefe do Gabinete Civil). O Bayma Denys recebeu um informe completo sobre o parlamentarismo alemão. E ele está podre".

Simon: "Ele não é especialista na matéria, não deve opinar".

Newton: "Vou pedir a ele que ofereça às suas luzes os documentos fresquinhos que recebeu da Alemanha. Você sabe ler alemão? Porque eles estão em alemão. Aquele parlamentarismo está podre". (CR)

Reunião define política de corpo-a-corpo para obter recursos

Os nove governadores do PMDB e mais o secretário da Fazenda de Goiás, reunidos ontem em Florianópolis (SC), concordaram com documento elaborado pelo anfitrião, Pedro Ivo Campos, que diz que eles se encontram "na desgastante situação de pedintes mal atendidos pela distante administração federal". Mas evitaram, nas conclusões lidas à imprensa por Pedro Ivo, fazer um ataque frontal ao governo federal. Preferiram definir uma batalha corpo-a-corpo: a partir da semana que vem, eles e seus secretários da Fazenda irão periodicamente a Brasília, para pressionar em busca de socorro para suas aflitivas situações financeiras.

Nessa batalha por verbas e ajuda, os governadores aprovaram ontem três eixos principais:

1 — Vão defender, integralmente, o substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, na parte que trata da reforma tributária. Como se sabe, o substitui-

tivo transfere parte do bolo tributário da União para Estados e municípios. Mas o ministro da Fazenda, Luis Carlos Bresser Pereira, considera que, implantado definitivamente o modelo previsto no substitutivo, o país se tornará ingovernável, ante a perda da receita pela União. Os governadores, além do que já está no texto preliminar da futura Carta, querem incluir algumas outras propostas, aprovadas pelos seus secretários da Fazenda em Canela (RS), que vão na mesma direção. Querem, ainda, que a reforma tributária, pelo menos no que se refere aos fundos de participação de Estados e municípios, entre em vigor já a 1º de janeiro, antes, portanto, de ter sido aprovada a nova Constituição.

2 — Vão defender, também, que o presidente da República apresente projeto de resolução pelo qual a rolagem da dívida dos Estados possa ser tratada pelo Senado, em vez de ser centralizada, como hoje, nos organismos do poder executivo fede-

ral. Com isso, esperam que seja facilitada a tramitação das negociações para a rolagem da dívida, considerada pelo governador do Rio, Wellington Moreira Franco, o principal problema para os Estados.

3 — Os governadores querem, por fim, que o Congresso constituinte inclua um artigo na futura Carta, autorizando os governadores e a própria União a realizarem uma profunda reforma administrativa, "que modernize as práticas administrativas emperradas pelos vícios antigos e pela seqüência de leis casuísticas", como disse Pedro Ivo.

Essas decisões ficam longe de uma ofensiva frontal contra o governo federal e a sua política econômica, mas ela não está definitivamente afastada: os governadores já aplainaram o caminho para uma nova reunião, em princípio ainda este mês, no Rio de Janeiro, presentes, desta vez, os demais governadores, quando será passada a limpo o relacionamento entre eles e o poder central.

Para evitar que a reunião de ontem se transformasse num balcão de ataques à política econômica do governo federal, contribuiu o fato de que os governadores têm diferentes visões a respeito do que vão representar, na prática, as promessas de corte do déficit público, feitas na quinta-feira passada pelo ministro Bresser Pereira. Moreira Franco, por exemplo, entende que o Rio de Janeiro será pouco afetado. Quércia vai mais longe: disse a interlocutores de confiança que as medidas da semana passada "não passam de conto de fada", ou seja, não serão realmente aplicadas.

Na reunião do Rio, entretanto, os temas econômicos-financeiros não serão exclusivos: vai-se discutir também um documento que está sendo preparado pelo governador da Bahia, Waldir Pires, que trata do papel do PMDB, uma vez encerrados os trabalhos do Congresso constituinte e, portanto, o período de transição. (CR)